

L E I n° 2.679/2006

Data : 10 de outubro de 2006.

Súmula: Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar contrato de cessão de área residencial, situada no imóvel cedido ao cedente pela União Federal, nos termos da Portaria n° 438, de 01/08/94, publicada no Diário Oficial da União, em 03/08/94, com a família de **CLEMENTE MARTINS DELGADO**, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar contrato de cessão da área residencial de 663,50 m², sendo a área construída de 106,70 m², garagem 16,00 m², e área descoberta de 540,80 m², constituindo a residência 03, situada no terreno onde funcionava o IBC, cedido ao cedente pela União Federal, sob regime de aforamento, nos termos da Portaria n° 438, de 01/08/94, do Ministro da Fazenda, publicada no Diário Oficial da União, em 03/08/94, com a família de **CLEMENTE MARTINS DELGADO**, inscrito no CPF sob n° 366.415.379-00, pelo prazo de 07 (sete) anos.

Parágrafo Único – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, desde já, por sua conveniência, a prorrogar o prazo desta cessão por igual período.

Art. 2º - A área a que se refere o artigo anterior, destinam-se exclusivamente a residência.

Parágrafo Único – O cessionário não poderá transferir a terceiros o objeto deste contrato, sob pena de considerar-se rescindido de pleno direito o referido contrato.

Art. 3º - Responderá o cessionário, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros, objetivando a área mencionadas no artigo 1º desta Lei.

Art. 4º - Ocorrendo a rescisão da cessão, sob regime de aforamento, pela União Federal, conseqüentemente a retomada total do imóvel, a presente cessão pelo Município tornar-se-á nula, independentemente de ato especial, sem direito ao cessionário a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas.

Art. 5º - Os direitos e obrigações aqui mencionadas não excluem os outros explícitas ou implicitamente decorrentes do contrato de cessão e da legislação pertinente.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 10 de outubro de 2006.

José Fernandes da Silva
Prefeito Municipal